

O FIM DAS TERRAS COMUNAIS E A CAPITALIZAÇÃO DAS TERRAS PARA O LUCRO: SEMPRE PODEMOS AGIR

Juliano Bitencourt Campos¹

Carlos dos Passos Paulo Matias²

Gisele da Silva Rezende da Rosa³

Carlos Maximiano de Laet Raimundo de Souza⁴

Pedro Paulo A. Funari⁵

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/comuns02>

SUMÁRIO

1 Doutor em Arqueologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Investigador do Instituto Terra e Memória, Centro de Geociências (ITM/CGEO/Portugal). E-mail: jbi@unesoc.net - Orcid: 0000-0002-0300-1303.

2 Mestre em Educação. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGCA/UNESC), Brasil. Bolsista da FAPESC. E-mail: prof.matias.carlos@gmail.com - Orcid: 0000-0002-6990-5970.

3 Mestra em Educação. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGCA/UNESC), Brasil. Bolsista da CAPES. E-mail: giselesr63@gmail.com - Orcid: 0000-0002-7423-4315.

4 Mestre em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. E-mail: carloslaet@gmail.com - Orcid: 0000-0002-7077-8999.

5 Doutor em Arqueologia. Docente do Departamento de História, IFCH, (UNICAMP), Brasil. Pesquisador de Produtividade do CNPq - PQ-Nível 2. E-mail: ppfunari@unicamp.br - Orcid: 0000-0003-0183-7622.

Matar não é apenas um verbo nestas terras que correm sangue de lava incandescente iluminando fagulhas de esperança num breu de ignorância histórica que domina conversas, relações, governos, debates, aulas e a nossa percepção crítica da realidade. Matar, no mundo de hoje, pode significar comunicar sem se preocupar com a verdade, com as fontes, com os fatos, com a ética, com o cuidado para não ser anacrônico e anti-histórico. Enfim, matar ou morrer, por aqui, já pode ser visto como solução. E isso nos faz refletir sobre o sentido da vida; o bem viver; sim, a vida que vem lutando desde a Pré-história contra todo tipo de obstáculo. Ela chegou em 2022, no Brasil e no mundo, tão banalizada, tão simplória, que se não ficarmos atentos, corremos o risco de cairmos num sono profundo de mediocridade, de conservadorismo, de hipocrisia e, por consequência, de desesperança. Partindo dessa premissa e observando o momento estapafúrdio em que passa a nossa sociedade de nobres valores, fica a pergunta: como um livro pode contribuir para o bem viver? Como a história pode nos ajudar nessa árdua tarefa? Imaginemos que Clio, a Musa da História, suplicaria a fúria dos Deuses se ouvisse o que se diz da Memória por aí hoje em dia. Nossa história vem sofrendo ataques constantes que vão de escola sem partido, em que querem criminalizar o professor, acusando-o de doutrinador, de “esquerdopata”, ao mais cruel e imoral retrocesso científico, em que a refutação simplista e reducionista dos fatos pode ser argumentada com: “nunca existiram!”, “Não fora assim!”, “Pergunte ao seu pai!”, “Essa é minha opinião!”, “Liberdade de expressão!”. Blefa-se de todos os lados. Só nos resta pedir ajuda à Musa da História, a preferida dos Deuses. Clio, ajude-nos! Pedimos humildemente a sua ajuda. Poupe-nos da fúria dos deuses. A humanidade não merece o castigo. A ignorância já faz um estrago imensurável.

No Monte Parnaso, morada das Musas, uma delas se destaca. Fisionomia serena, olhar franco, beleza incomparável. Nas mãos, o estilete da escrita, a trombeta da fama. Seu nome é Clio, a musa da História. tempo sem tempo que é o tempo do mito, as musas, esses seres divinos, filhos de Zeus e de Mnemósine, a Memória, têm o dom de dar existência àquilo que cantam. E, no Monte Parnaso, cremos que Clio era uma filha diletta entre as Musas, pois partilhava com sua mãe o mesmo campo do passa-

do e a mesma tarefa de fazer lembrar. Talvez, até, Clio superasse Mnemósine, uma vez que, com o estilete da escrita, fixava em narrativa aquilo que cantava e a trombeta da fama conferia notoriedade ao que celebrava. No tempo dos homens, e não mais dos deuses, Clio foi eleita a rainha das ciências, confirmando seus atributos de registrar o passado e deter a autoridade da fala sobre fatos, homens e datas de um outro tempo, assinalando o que deve ser lembrado e celebrado. (PESAVENTO, 2012. p. 4).

Clio nos ensina que no tempo dos homens precisamos assumir nossas responsabilidades para o bem viver; precisamos estar comprometidos com os projetos políticos e sociais. Precisamos aprender a fazer perguntas para a história. Para pensarmos um pouco de forma introdutória sobre as comunidades comunais, a propriedade privada e os cercamentos, devemos fazer perguntas para a história. O historiador Pedro Paulo Funari (1959) faz perguntas para a história, para outro tempo histórico e vai atrás das respostas. Podemos partir do nosso tempo, com nossos conflitos, nossas questões e nossos problemas. Olhar para a história de forma humilde, honesta, livre e dialogar com os fatos e as consequências, com o passado para compreender o presente e se preparar para um futuro digno de seres que vivem em sociedades complexas, dinâmicas e belas. Por isso, pergunta-se:

Grécia e Roma, o que é que têm a ver com a gente? Esta é uma pergunta que está na cabeça do leitor e que estava na minha quando, ainda criança, assistia a filmes como Cleópatra ou a desenhos como o de Hércules. Lá se vão alguns decênios, mas em pleno ano 2000 um grande sucesso de Hollywood é Gladiador. Asterix continua tão popular quanto em “minha época”, ou melhor, muito mais, pois até um filme com o ator Gerard Depardieu no papel de Obelix teve grande êxito. A cada quatro anos, a Grécia antiga vem à tona, graças aos Jogos Olímpicos, como no ano 2000, na Austrália, e em 2004 na própria Grécia. Lembro-me bem de como, ainda bem pequeno, todos acompanhavam as procissões e as representações da Paixão de Cristo: impressionavam-me os soldados romanos, Pilatos, as cruzes. As leituras dos evangelhos, nas missas dominicais, nos levavam para cidades antigas: “carta aos efésios”, “estando na praça, S. Paulo disse...”, frases que nos transportavam todos a esse outro

mundo. Essas sensações ainda hoje me vêm à mente quando sintonizo uma das tantas rádios religiosas, em suas leituras, com seu “dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. (FUNARI, 2002, p. 6).

Buscar na História uma boa “história” que nos leve à compreensão do bem viver não é tarefa das mais fáceis. No entanto, esse é um dos papéis da história e do historiador; e por que não dos livros, dos artigos, das produções acadêmicas? Iniciaremos nossa jornada da compreensão dos comuns pela sociedade feudal. Outrora, ao final daquele período histórico e naquela sociedade é que importantes transformações, no que diz respeito à relação do homem comum com a terra, deram o tom do que viria a ser a sociedade capitalista e a grande mudança de perspectiva no uso e na posse da terra que aconteceu em todo o mundo industrial após a Revolução Industrial. Iniciaremos, assim, com o historiador Umberto Eco (1932- 2016). Vejamos o que ele diz sobre os mil anos de Idade Média:

Mil e dezesseis são muitos anos, e é difícil crer que o modo de viver e de pensar se tenha mantido imutável ao longo de um período tão extenso e em que ocorreram muitos factos históricos hoje estudados nas escolas (das invasões bárbaras ao renascimento carolíngio e ao feudalismo, da expansão dos árabes ao nascimento das monarquias europeias, das lutas entre a Igreja e o império às Cruzadas, de Marco Polo a Cristóvão Colombo, de Dante à conquista de Constantinopla pelos turcos. (ECO, 2012, p. 4).

Eco (2012) nos faz pensar que acreditar que a Idade Média foram mil anos de trevas ou de atraso é de uma má fé incrível. E pior, pensar nos dias atuais como uma sociedade estática, imóvel e usar esse discurso em nome de Deus é quase criminoso ou terrorista. Olhar para a Idade Média, chamar pelas Cruzadas e dizer que hoje temos uma Cruzada do bem contra o mal na política, na Previdência Social (no caso do Brasil) e na guerra (Rússia x Ucrânia) é de extrema violência aos princípios básicos da razão. Invocar conceitos medievais da alquimia ou da magia para desqualificar a prática da vacina, por exemplo, é

de uma deselegância com a Idade Média e uma falta de compreensão do que é o tempo histórico, que nunca será perdoado pelas próximas gerações. Por isso:

Devemos, pois, tratar a história da Idade Média na convicção de ter havido muitas «idades médias» e, se a alternativa passa pela adoção de uma data também ela excessivamente rígida, que, pelo menos, tenha em consideração algumas viragens da história. É assim que costuma distinguir-se a alta Idade Média, que vai da queda do Império Romano ao ano 1000 (ou, pelo menos, a Lareitov Magno), uma Idade Média de transição, a do chamado renascimento depois do ano 1000, e finalmente uma baixa Idade Média que, apesar das conotações negativas que a palavra «baixa» poderá sugerir, é a época gloriosa em que Dante conclui a Divina Comédia, Petrarca e Boccaccio escrevem e floresce o humanismo florentino. (ECO, 2012, p. 4).

Dai a César o que é de César e dai à Idade Média o que é da Idade Média. Vamos perguntar para os mil anos de Idade Média como se faz, em história, para percebermos as mudanças e as permanências. Como muda o que muda? Em qual ritmo? Como permanece o que permanece? Com qual intenção? Isso nos ajudará a compreendermos mais um pouco do nosso Brasil e do mundo. Vamos tentar compreender quem é esse Brasil/Mundo racista que ganha força; esse Brasil/Mundo que não se reconhece como nação política constituída democraticamente; esse país que não aprende com os erros, com a história. Esse país que não consegue se livrar do complexo de Édipo com a Mãe Europa.

Se, porém, formos em busca das raízes da cultura europeia veremos que s séculos escuros surgiram as línguas que hoje falamos e se instalou, por um lado, uma civilização dita romano-bárbara ou romano-germânica e, por outro, a civilização bizantina e que ambas modificaram profundamente as estruturas do direito. s séculos agigantam-se figuras de grande vigor intelectual como Boécio (nascido exatamente quando o Império Romano se desmoronava e justamente chamado «o último romano»), Beda e os mestres da Escola Palatina de Lareitov Magno, como Alcuíno ou Rábano Mauro, até João Escoto Eriúgena. Os irlandeses, convertidos ao cristianismo, fundam mosteiros onde são estuda-

dos os textos antigos, e são os monges da Hibernia que reevangelizam regiões inteiras da Europa continental e inventam ao mesmo tempo uma originalíssima forma de arte da alta Idade Média, representada pelas miniaturas do Livro de Kells e outros manuscritos análogos. (ECO, 2012, p. 6).

O autor nos leva a refletir sobre a comunicação. Nos comunicamos por um sistema de signos abstratos que, nesse caso, podemos chamar de linguagem, no entanto, se não dominarmos as associações desses símbolos, as suas lógicas e as suas relações, ficará difícil compreender minimamente o que são as ideias e as ideologias que estão sendo colocadas ou que predominam. Logo, como podemos nos entender, nos comunicar, pensar num projeto de nação, de povo, de cultura e de educação se não “falamos a mesma língua”? Todavia, podemos começar a perceber alguns problemas do Brasil e de outros países em relação a sua postura perante a ciência com o pensamento científico, coerente, testado, crítico e construtivo. Fugam das verdades absolutas, isso não deveria fazer parte do nosso tempo histórico. Nosso tempo é o tempo da dúvida, das múltiplas possibilidades, da diversidade.

Com o declínio do Império Romano no Ocidente, houve um forte processo de ruralização. Vários indivíduos abandonaram as cidades e seguiram rumo ao campo. Para manter a sua segurança e a de sua família, vincularam-se aos senhores feudais em troca de proteção e do mínimo necessário para a sua subsistência. Os feudos eram o lugar escolhido pela maioria das pessoas que abandonavam as cidades. Logo, os senhores feudais acolhiam essas pessoas e as suas famílias em troca de trabalho braçal realizado nos seus campos de cultivo. Vivendo no feudo num sistema de servidão – diferente de escravidão –, o servo não podia abandonar a terra, tampouco ser vendido como uma mercadoria (na escravidão, o escravo podia ser vendido, trocado e negociado da maneira que o seu dono julgasse melhor). O sistema de servidão inseriu o camponês na condição de vinculado à terra, ou seja, ele deveria permanecer toda a vida naquele feudo; mesmo com a morte do seu senhor, ele pertencia ao feudo, ou seja, encontrava-se “preso à terra” (CARVALHO, 2016, p. 63). Aquela sociedade feudal:

Se dividia em três grupos sociais: os *oratores* (membros do clero), com a função social de orar; os *bellatores* (nobres), com a função social de lutar pela defesa dos outros grupos sociais; e os *laboratores* (camponeses), com a função social de trabalhar para dar o sustento para os outros grupos. (CARVALHO, 2016, p. 61).

Vê-se na citação que a ordem estabelecida era clara, objetiva e funcional. Todavia, os grupos sociais que supostamente se complementam não apontam o desejo da burguesia, da classe que não faz parte dos oratores e nem dos bellatores, de sair da condição de explorado e figurar no protagonismo do seu bem viver, ou bem mandar, ou bem enriquecer como se verá com o início da Revolução Industrial. Ou seja, a “propriedade privada” feudal, presente na Idade Média, teve seu fundamento na lealdade pois era do senhor, mas era usada pelo vassalo, logo, a propriedade não era considerada mercadoria, não podia ser trocada como na sociedade capitalista (ANDRADE, 2018, p. 409).

Todavia, uma revolução de tamanha magnitude não seria “naturalmente” fácil, ou simples. Mesmo a burguesia percebendo que o modelo de terras comunais era o entrave ao uso visando o lucro, o processo fora complexo. Hobsbawm (2018, p. 41) nos diz que:

No resto da Europa, a estrutura agrária era socialmente semelhante. Isto quer dizer que, para um trabalhador ou camponês, qualquer pessoa que possuísse uma propriedade era um “cavaleiro” e membro da classe dominante, e, vice-versa, o status de nobre ou de gentil-homem (que dava privilégios políticos e sociais e era ainda de fato a única via para os mais altos postos do Estado) era inconcebível sem uma propriedade. Na maioria dos países da Europa ocidental, a ordem feudal implícita nessa maneira de pensar estava ainda muito viva politicamente, embora fosse cada vez mais obsoleta em termos econômicos.

Será justamente nessa obsolescência das terras comunais que a burguesia fará os cercamentos e acumulará o capital para o processo revolucionário industrial. Devemos nos atentar para o fato histórico de que foi a

Revolução Francesa que aboliu a “propriedade privada” feudal em favor da burguesia instituindo a propriedade privada capitalista. Essa revolução estava ligada às lutas dos camponeses do século XVIII, fruto da crise do sistema feudal que existia na época.

Com a revolução burguesa, institui-se uma revolução agrária que transforma as propriedades feudais em propriedades privadas capitalistas, criando-se, assim, a monopolização da terra. Dessa forma, a estrutura da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal a decomposição dessa (ANDRADE, 2018).

Neste sentido, o choque entre os interesses feudais e os da burguesia eram inevitáveis, pois o desenvolvimento das forças produtivas confere novos padrões de vida política e social, na qual não há espaço para o senhor feudal. O desenvolvimento urbano, aliado às atividades mercantis e produtivas, introduz transformações radicais na vida social da sociedade urbana no ocidente medieval. (AMBONI, 2011, p. 2345).

Percebe-se, na citação, que o mundo burguês não é mais compatível com o mundo medieval. Não será mais possível usufruir da terra no formato de comunidades comunais. Agora é preciso que o lucro esteja presente. É preciso abrir espaço para o progresso, para o desenvolvimento agrícola. O mundo não será mais o mesmo depois da Revolução Industrial e nem os comuns serão mais os mesmos depois de se tornarem operários. Justificativas serão escritas e reescritas para justificar a importância da propriedade; justificativas injustificáveis serão levadas aos parlamentos e aos governos para legitimar o fim das comunidades comunais. No entanto, outros gritaram: “A propriedade é um roubo! Que inversão das ideias humanas!” (PROUDHON, 2011, p. 202). A lei não tardará.

O primeiro projeto de lei de cercamento foi aprovado no Parlamento em fevereiro de 1710 e os historiadores têm observado que a grande era dos cercamentos parlamentares, entre 1760 e 1820, comprova não só o frenesi pelo desenvolvimento agrícola,

mas, também, a tenacidade em que os sujeitos “impertinentes” e “despeitados” obstruíam os cercamentos por acordo, resistindo até o fim em favor da antiga economia baseada nos costumes. (THOMPSON, 1998, p. 94-95 *apud* ANDRADE, 2018, p. 415).

Nos últimos 250 anos da história da relação social entre a humanidade e o território, uma forma específica de uso e direito sobre a terra – a propriedade privada individual – se sobrepôs às demais; esse movimento tem início com o cercamento das terras comunais na Europa do século XVIII, por meio do processo definido como “deslocamento territorial”, ou a separação entre terra e trabalho e avançou em sua direção à sua consagração jurídico-política na construção do Estado liberal, mas, recentemente, passou a se estender sobre o conjunto do planeta, por intermédio da expansão global das formas capitalistas de produção e de consumo (ROLNIK, 2015 *apud* ANDRADE, 2018).

Assim, com os cercamentos surgiu a propriedade privada capitalista, transformando a propriedade comunal em privada capitalista, para isso, houve a expropriação das terras do camponês, com o objetivo de acúmulo do capital. Ainda hoje existem os cercamentos e são denominados de expropriação, presentes tanto nos países pouco desenvolvidos quanto nos de desenvolvimento mais avançado. Com o cercamento, impediram o acesso à terra, empurrando a população para as cidades, ocasionando a proletarização. Percebe-se, por tudo isso, que os métodos utilizados para a acumulação primitiva de capital e, consequentemente, para o surgimento da propriedade privada capitalista foram os bens roubados da igreja, a venda fraudulenta dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal (terra comum) e a transformação violenta e usurpadora da propriedade feudal em propriedade privada moderna (com os cercamentos das terras) (ANDRADE, 2018).

As convulsões sociais que sucederam à transferência da agricultura para um modelo capitalista, ou pelo menos um padrão de comércio em larga escala, afrouxaram os laços tradicionais entre os homens e a terra de seus ancestrais, especialmente quando descobriram que não possuíam praticamente nada dela, ou

pelo menos muito pouco para manterem suas famílias. (HOBBS-BAWM, 2017, p. 267).

Assim, entendendo a história da transformação da propriedade privada, primeiro em feudal e, por fim, em capitalista, podemos compreender melhor a propriedade privada moderna no sistema capitalista em que vivemos. Logo, somente após o surgimento do capitalismo, a propriedade feudal transforma-se em propriedade privada capitalista, considerada como mercadoria e essencial ao processo de troca. Por outro viés, os proprietários tornam-se sujeito de direito, aptos a contratar, com base na igualdade e na lealdade, podendo vender ou trocar a propriedade privada, surgindo, assim, a subjetividade jurídica (ANDRADE, 2018).

A passagem do regime feudal para o capitalismo é um tema complexo e desafiador. Trata-se de um longo período histórico, iniciado na Baixa Idade Média e que substituiu a forma política de extração do excedente produtivo pela forma econômica. Uma revolução profunda abrangendo as estruturas políticas, jurídicas, sociais, econômicas, culturais e religiosas da sociedade desdobrada em um lento processo de transformações. A promulgação da Carta Magna (1215), as *Jacqueries*, o Renascimento, a Expansão Marítima, a Reforma, a Revolução Inglesa (1642), a Revolução Industrial, a Independência Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789) são marcos nesse longo processo ao qual se juntam a muitos outros episódios não citados.

Algumas sociedades humanas antigas geralmente se caracterizam pela cooperação e pela solidariedade em razão da inexistência de um excedente produtivo. As terras são comunais e os indivíduos mantêm uma relação harmoniosa com a comunidade que abriga até os ancestrais, entendendo-se que habitam as cercanias das aldeias, de onde inspiram e protegem os seus descendentes. A própria mentalidade primitiva tem a natureza totalmente diversa daquela da sociedade moderna (LÉVY-BRUHL, 1947). O ser humano das sociedades pré-estatais se integra à comunidade sem perder a individualidade e a sua liberdade. Um nativo não é obrigado a guerrear contra outra aldeia e

apenas obedecer às lideranças comunais em razão da autoridade moral que elas exercem em decorrência da coerção.

Com o aparecimento do excedente produtivo, inicia-se um processo de acumulação de riquezas por um segmento social e o consequente empobrecimento na maioria da sociedade, gerando uma classe, estamento ou classe dominante por direito hereditário. Como consequência, a desigualdade e a restrição à liberdade da maioria dos indivíduos se impõe para a própria sobrevivência do regime. Desde a aurora da civilização até o advento do capitalismo, o excedente produtivo é tomado da sociedade por meios políticos. Obviamente, os regimes fundados na desigualdade política e econômica provocam resistências as quais somente logram pequenas vitórias episódicas sem modificar o sistema.

Não obstante, na Idade Moderna, por uma série de fatores cumulativos, o regime tradicional (feudal ou escravista) começou a ser efetivamente destruído. No aspecto político, as revoltas camponesas expunham a fraqueza dos senhores feudais, fazendo-os recorrer ao rei e dando origem ao absolutismo (ANDERSON, 1998). O Renascimento substituiu a centralidade de Deus pelo ser humano. O mercantilismo se impunha como consequência do desenvolvimento do comércio e da expansão marítima. Os filósofos dos séculos XVII e XVIII questionavam o feudalismo e depois o absolutismo, plasmando os fundamentos da democracia liberal. O jusnaturalismo fortalecia a ideia dos direitos fundamentais do ser humano. Na Inglaterra, a *gentry* fazia uma revolução e criava, paulatinamente, o sistema parlamentar. A burguesia enriquecia e desafiava o poder da noblesse *d'épée*, ⁶ ansiando por uma acumulação de capital livre das interferências e das taxas reais. Enfim, uma sucessão de processos iam amadurecendo a introdução da economia de mercado.

Nesse ponto, é necessário observar que todos esses elementos, embora formassem um todo harmônico que foi estruturado pelo Iluminismo, apresentavam antagonismos insuperáveis. Possivelmente, quando no aspecto

6 Nobreza de espada. Era a grande nobreza, duques, barões, entre outros, que detinham os feudos. A outra é a pequena nobreza, a *gentry*, pessoas de sangue nobre, mas que não herdaram terras. E a nobreza de toga. Esses são nobres intelectuais que gerem a burocracia do reino.

político, jurídico e cultural se formava uma ideologia inspirada no sentimento de empatia, lutando contra as desigualdades dos estamentos e pelos direitos indisponíveis do ser humano, no âmbito econômico, eram, sobretudo, os sentimentos antissociais e a cobiça, que levavam aos anseios de uma acumulação de riquezas insaciável e, portanto, a um estado de desigualdade. O pensamento que inspirava os revolucionários franceses do século XVIII, focado na liberdade, igualdade e fraternidade, traziam essa contradição. A liberdade acabou se restringindo ao direito de fazer negócios e a desigualdade até aumentou em razão do empobrecimento das classes populares, decorrente da segunda Revolução Industrial.

Todo secular processo revolucionário provocou mudanças estruturais, promovendo a isonomia formal entre todas as classes, revogando o morgadio, tomando o capital mais importante do que a propriedade fundiária, introduzindo um sistema jurídico menos repressivo e mais garantista, etc. Como se vê, a revolução trouxe mudanças significativas na propriedade da terra, a qual passou a ser mercadoria e não mais feudo. Juridicamente, os privilégios das duas primeiras ordens, o clero e a nobreza, foram extintos. A desigualdade jurídica e formal deu lugar à desigualdade econômica.

Conforme foi dito acima, o indivíduo da sociedade pré-estatal é livre. Um dos modos de produção escravista ou feudal é obrigado a enquadrar-se em um sistema opressor que usa a força para a extração do excedente produtivo e para a manutenção do status social da classe dominante. O capitalismo substituiu esse método pela extração econômica da produção fundado no trabalho assalariado, na liberdade de contrato e na imposição ao poder estatal, especialmente no tocante à economia. Dessa forma, o meio político só é empregado quando as classes populares se revoltam ameaçando os interesses do segmento e do proprietário dos meios de produção. A liberdade do novo sistema e o que constitui o seu fundamento é a liberdade de contratar e a velha concepção do indivíduo como parte de uma sociedade que foi substituída pelo cidadão individualista que, fazendo por si, já estaria fazendo pela sociedade. E, foi assim que surgiu um regime que precisa conquistar mercados para crescer e aumentar a produção para atender a demanda, sob pena de naufragar nas

cíclicas crises capitalistas. Uma nova lógica fundada no consumo e na produtividade forjou um tipo novo de ser humano individualista, acumulador e que tendente à ostentação como necessidade básica para a exibição do status social.

A igualdade jurídica tornou-se letra morta pois a acumulação de capital só faz sentido na medida em que produz desigualdade. Por que mais alguém acumularia fortunas que sequer pode gastar para saciar o próprio consumo? Formou-se um sistema em que o valor de uso foi substituído pelo valor de troca e uma mentalidade competitiva que faz da economia um jogo financeiro em escala planetária. E até mesmo a concepção de soberania popular, na prática, reduziu-se a um tipo *sui generis* de sociedade anônima em que a cidadania é proporcional ao saldo da conta bancária.

Como consequência da economia de mercado, criaram-se os recursos tecnológicos e os motivos para se promover uma destruição do meio ambiente sem precedentes na história. Curiosamente, o regime que falava da mão invisível⁷ e do *feedback* é o mesmo que rompe o equilíbrio ambiental da Terra. Trouxe riquezas, criou em escala jamais vistas, mas trouxe problemas inéditos na história da humanidade.

Possivelmente, a expansão do modelo econômico neoliberal tem corroborado um processo “bem-sucedido” de terras comunais. Mesmo em meio a um sistema aglutinador como o capitalismo, a sociedade parece não perder as esperanças no futuro. Um pensamento pautado, talvez, em possíveis mudanças no modo operacional como cada indivíduo conduz sua experiência de vida. Afinal, cada momento no presente, ainda que isolado, pode contribuir com uma alternativa para o futuro.

Há discursos paradoxais de que ainda é possível reverter desastres provenientes desse modelo econômico neoliberal, mas, em contrapartida, o discurso de que nós temos mais tempo para reverter essa aceleração catastrófica pode adiantar o nosso fim.

⁷ A mão invisível é um termo que foi introduzido por Adam Smith em 1759 no livro “Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações” para se referir à suposta interferência natural que o mercado exerce na economia.

O poder que o capitalismo tem em aglutinar toda alternativa possível de resistência tem fortalecido a “Burocracia pública, partidos de ‘democracia representativa’ e especialistas estão cada vez mais presos às camisas de força teóricas e dispositivos práticos dos quais não conseguem se libertar” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 11).

Essa “potência” do capital parece contextualizar o “mundo real” com as condições ilusórias de um “bem viver”, o que pode ser caracterizado a partir dos anos 80 quando “[...] o neoliberalismo, com o auxílio de todo arsenal das políticas públicas, impôs uma via diferente, estendendo a lógica da concorrência a toda sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 12). No entanto, pode ser que o enfraquecimento de práticas comunitárias ocorra por meio da imposição de limites das instituições privadas que regulam as suas metas a partir da aglutinação de modelos econômicos menores. Afinal, quanto melhores as intenções, maiores as decepções!

Uma palavra, ao final, sobre o Brasil. Por milhares de anos, os caçadores/coletores viviam como os seus congêneres e ainda hoje, como os *Nukak*, na Amazônia. Sociedades nômades, sem fronteiras, com hierarquias fracas, cooperativas para a caça e para a coleta, com pouco conflito entre grupos. Depois, a agricultura veio junto com a crescente hierarquização e com as guerras, uma função social, como diria Florestan Fernandes (1920-1995) sobre essas sociedades.

Com a chegada dos colonizadores, no final do século XV, chegavam o Estado e logo a escravatura e a apropriação das terras consideradas sem dono (terra *nullius*, terra de ninguém). Esse princípio está na raiz das práticas seculares de extermínio ou expulsão de indígenas para rincões distantes. Essa ocupação sem títulos (grilagem), ou com legalização, foi potencializada pelo crescente avanço do capital, da apropriação privada e da competição em contraposição à cooperação e à convivência.

Como ressaltou o arqueólogo espanhol Alfredo González-Ruibal (1976), estamos em “tempos de destruição”: pessoas e coisas podem e mesmo devem ser destruídas, substituídas por outras (necropolítica). No Brasil, o avanço sobre as terras indígenas, quilombolas e

camponesas tornando-os sem-terra e excluídos, em geral, tem sido intensificado em contexto autoritário e protofascista. Mas, o futuro não precisa ser a repetição do passado, a destruição pode ser contraposta à vida.

O princípio de bens comuns, ao poder incluir a imensa diversidade humana e ambiental, permite que a competição e a morte sejam superadas pela busca da convivência da diversidade de ideias, de comportamentos e de sentimentos. A terra, as terras são comuns e isso já sabiam os nossos antepassados caçadores/coletores, mas também estava com os profetas de Israel, como Isaias (BÍBLIA, 13, 15-17) (retomado por Martin Luther King), como Jesus (BÍBLIA, Mateus, 6, 24) e como os anarquistas citados antes. Terras comuns estão por compartilhamento, vida frente à morte, mensagem sempre importante, tanto mais nos dias de hoje, no mundo e no Brasil.

Referências

AMBONI, V. As Comunas na Idade Média (Século XII): Lutas de Classes e Ontologia da Burguesia Medieval. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA*, 5., 2011, Passo Fundo. **Anais eletrônicos...** Passo Fundo: UPF, 2011. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/79.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

ANDERSON, P. **Linhagens do estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ANDRADE, D. C. M. Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 18, n. 3, p. 408-419, set./dez. 2018. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/8597>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BÍBLIA, N. T. **Mateus**. *In: Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

BÍBLIA, A. T. **Isaias**. *In: Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

CARVALHO, C. **História medieval**. Curitiba: InterSaber, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. 1. ed. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

ECO, U. **Idade Média**: Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos. Lisboa: D. Quixote, 2012.

FUNARI, P. P. **Grécia e Roma**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

HOBSBAWM, E. J. **A era do capital, 1848-1875**. 27. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções, 1789-1848**. 40. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

LÉVY-BRUHL, L. **La mentalité primitive**. Paris: Presse Universitaire de France, 1947.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PROUDHON, P. J. **A propriedade é um roubo**: seleção e notas de Daniel Guérin. Tradução Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM, 2011.